

CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARAES E SUA COLEGIADA

VÍTOR DE SA

ALBERTO SAMPAIO ONTEM E HOJE



GUIMARAES • 1981



Sampaio, Alberto

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

1924

SEPARATA DO VOLUME IV DAS ACTAS

Tipografia Barbosa & Xavier, Lda., Braga

CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA

VÍTOR DE SÁ

ALBERTO SAMPAIO ONTEM E HOJE



*Deposita à Biblioteca
Municipal de Barcelos*

P. J. C.

11/91

GUIMARÃES • 1981

MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Nº 54953 *12m*

Barcelos

ALBERTO SAMPAIO ONTEM E HOJE

por
VICTOR DE SÁ

1. «Provinciano» de espírito universalista, vimaranense de coração e por nascimento, Alberto Sampaio contém motivo bastante de reflexão, que presumo possa ser oportuna e útil para nós, portugueses deste último quartel do século XX.

A sua memória afigura-se-me, porém, lamentavelmente esbatida em todos nós, e mesmo dos seus conterrâneos, a setenta anos apenas da sua morte. Burguês esclarecido e progressista; homem do século e com os pés bem assentes na terra; amigo íntimo e colaborador de grandes vultos da inteligência portuguesa, fosse um Antero de Quental, um Martins Sarmento, ou um Oliveira Martins; homem ligado ao criticismo da Geração de 70, e aos objectivos programados da «Vida Nova», no sentido de criar um novo modo de ser da sociedade portuguesa; ele próprio intelectual, investigador da história e da economia do Noroeste; e intérprete da História de Portugal na linha de pensamento progressista que de Herculano, passando pelas Conferências Democráticas no Casino e pelas interpretações de Oliveira Martins, havia de desembocar em António Sérgio, não cremos que o seu nome dado ao Museu Municipal ou a uma rua, aqui em Guimarães, ou mesmo a uma Escola, como acontece em Braga, seja suficiente para manter viva a memória de Alberto Sampaio nas novas gerações. Desde a publicação póstuma da sua obra em 1923 (*Estudos Históricos e Económicos*, em 2 volumes), quase só a Sociedade Martins Sarmento tem procurado reacender de tempos em tempos a sua memória, nomeadamente quando do centenário do seu nascimento, em 1941. Mas isso não tem bastado para que a generalidade dos seus conterrâneos faça uma ideia do que foi a acção deste vimaranense que há um século se bateu pela floração espiritual e material do

concelho, como modelo regional do que poderia e desejava que fosse uma obra colectiva e nacional de reacção contra a decadência, esta definida como «nuvem negra de miséria e ignorância» (*Estudos*, II, p. 27).

E contudo, quer pelo intervencionismo clarividente no meio em que viveu, quer pelas preocupações de natureza sócio-económica e cultural que manifestou, a sua vida e a sua obra merecem, quanto a mim, ser evocadas e meditadas neste nosso tempo de imperativa renovação. Alguns temas de que se ocupou talvez se revistam até, neste nosso tempo de descolonização, de uma actualidade e importância que os seus contemporâneos possivelmente não apreenderam. É que Alberto Sampaio já no final do século passado se preocupava, aqui em Guimarães, com o problema fundamental que hoje, enfim, e em resultado exactamente da descolonização, acabou por preocupar, quer queiramos ou não, todos os portugueses: o de fazer assentar a nossa vida económica no aproveitamento pleno e racional das riquezas e potencialidades nacionais, procurando para isso pôr em prática um programa de industrialização e de valorização agrícola, de cultura popular e de esclarecimento da opinião pública, com respeito expresso pelo povo e pelas massas operárias. Ele o disse quando da morte de Antero: «Eu não conheço nada de mais superior que se possa tributar à memória dum homem que as sentidas secções das sociedades operárias do Porto e Lisboa». Acima desses testemunhos «que representam por si sós o sentir da alma colectiva, não há comemorações oficiais ou académicas que valham de qualquer cousa». «Nesta sociedade em transição, tudo passa e se esquece depressa. Uma única entidade resiste, firme e forte, neste desbarato constante. Essa entidade é o povo, e quando ele pronuncia o seu juízo, está lavrada a sentença final» (1896, *Antero de Quental — in Memoriam* in *Estudos*, II, pp. 96-97).

Mas quem foi, afinal, Alberto Sampaio? Se ele não está vivo na nossa memória, creio que é por aqui que temos de começar.

2. Natural de Guimarães, onde nasceu em 1841 (15 de Novembro, na rua dos Mercadores, da República, ou da Rainha, n.ºs 124-130), órfão de pai desde tenríssima idade, herdeiro de abastados bens rurais, com quintas na Costa, aqui ao pé do Mosteiro, e em Famalicão (Cabeçudos), Alberto Sampaio, assim como o seu irmão mais velho, José, pertenceu àquela geração, que Eça de Queirós consagrou, de «bachareis em direito como toda a gente». Já o pai tinha sido magistrado, e os filhos também na altura própria lá abalaram para Coimbra, com casa posta, para seguirem em Direito os seus estudos.

Saídos da atmosfera morna da sua terra natal, «de um viver antigo e tradicional» como Alberto diria do seu amigo e contemporâneo Antero, acharam-se assim de um momento para o outro caídos no «tumulto de ideias e opiniões», que o velho centro estudantil era, em fase de mudança. «Coimbra afirmava-se então de um modo singular» — recorda Alberto Sampaio. «O ensino universitário não satisfazia a mocidade, convulsionada pelas grandes questões filosóficas, religiosas, históricas, literárias, sociais, económicas ... que prendiam sobretudo a atenção, tornando-se o tema das discussões ordinárias, em vez das lições oficiais» (*Id. in Estudos*, II, p. 80).

Antero de Quental, que no mesmo ano foi também para Coimbra vindo dos Açores (1858), confirmava essa impressão dizendo por sua vez de si próprio: «pobre criança (tinha 16 anos), arrancada ao viver quase patriarcal de uma província remota e imersa no seu plácido sono histórico ...» (*Autobiografia*).

Foi este choque do marasmo provinciano em confronto com as grandes questões do dia numa sociedade cindida do seu tradicionalismo, que despertou em Antero, como em Alberto Sampaio, seu colega de curso desde o 1.º ano de Direito, o interesse pelas questões modernas e sua adequação à realidade portuguesa.

Em Coimbra, era em casa dos dois irmãos Sampaio que Antero tinha «quarto, cama e mesa» (Pinto Osório, *in* J. B. Carreiro, *Antero de Quental*, I, p. 116), enquanto todo um grupo de dissidentes, que então se assinalou pela contestação das velhas estruturas universitárias aspirando uma renovação mental do país, fez dessa casa o local predilecto dos seus encontros. Eram, além de Antero, João de Deus, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, José Falcão, António de Azevedo Castelo Branco, Anselmo de Andrade, Faria e Maia, Lobo de Moura, Filomeno da Câmara ...

Rapazes ainda todos eles, mas com inquietações e aspirações que haviam de os tornar personalidades marcantes, quer na vida política como na actividade literária e cultural.

Entre todos, destacava-se especialmente a camaradagem e amizade íntima, verdadeiramente fraternal, que desde cedo se estabeleceu entre Alberto Sampaio e Antero. Ambos ainda muito moços, chegaram mesmo a encontrar-se envolvidos em estúrdias académicas penalizados com prisão. Incidentes em si insignificativos e mesmo insignificantes que servem apenas para assinalar como foram remotos, desde os 16 ou 17 anos, os laços de amizade que no decurso da vida haviam sempre de se reforçar. Foi essa amizade que por várias vezes atraíu a Guimarães o consagrado autor dos

Sonetos, onde passava temporadas a descansar em casa de Alberto Sampaio, na Costa.

Pelo testemunho de um contemporâneo (Pinto Osório, *Figuras do Passado*), sabe-se que Antero e Alberto Sampaio eram em Coimbra «como aqueles irmãos siameses que não podiam separar-se e o que um sentia era o que sentia e sofria o outro». Pela capacidade intelectual, pelo carácter e pela bondade do coração, Alberto era para Antero o seu companheiro e confidente, tanto nas letras como nos amores, e quer nos verdes anos, quer noutras alturas já maduras da vida. Isso explica que ainda em 1861, quando Antero publica os seus primeiros *Sonetos*, já um deles trazia por epígrafe: «A Alberto Sampaio».

Alberto Sampaio foi de resto contaminado pelas sugestões literárias dos seus companheiros de Coimbra, pois compôs um romance, daqueles porém que ficam na gaveta e não chegam a ver a luz da publicidade. Mas sabe-se que no próprio ano em que se formou (1863), levou consigo o manuscrito para Lisboa, quando Antero também procurava editor para as célebres *Odes Modernas*. Editor, porém, não houve nem para um nem para outro. Os poemas foram lidos a Castilho e a Herculano, na presença de Alberto Sampaio, que desde então firmou a sua grande admiração pela obra e personalidade do historiador.

Enquanto Antero regressou ao Norte e prosseguiu em Coimbra os seus estudos, Alberto Sampaio gastou-se um pouco por Lisboa frequentando nomeadamente os meios literários, sobretudo a *Gazeta de Portugal* de Teixeira de Vasconcelos (outro nortenho), onde por vezes colaborou. «Nesse tempo publicou no *Século* (de Penafiel) e na *Gazeta de Portugal* (de Lisboa) alguns ensaios literários» (carta de 1877 a Joaquim de Araújo, que lhe quiz publicar essas narrativas tituladas *Conversando*). Mas Sampaio não se fixou na capital. Preferiu viajar antes de se recolher à sua casa no Minho.

Foi aqui, na quinta de Sant'Ana, perto do mosteiro da Costa, que Antero veio acolher-se por diversas vezes para se recompor dos frequentes desequilíbrios nervosos de que padeceu. Passou aqui três meses em 1867, depois de ter feito em Paris a sua breve e decepcionante experiência de operário tipógrafo. Também aqui se refugiou em 1872, depois da criação em Lisboa da Fraternidade Operária, na sequência das suas fugazes ligações com a Primeira Internacoinal. Neste ambiente bucólico preparou então o livro de versos juvenis, as *Primaveras Românticas*.

Sempre que Antero vinha ao Norte, mesmo que não se deslocasse a Guimarães, ia Alberto Sampaio visitá-lo ao Porto. Mas a casa dos Sampaio, na Costa, continuou sempre a servir de cura ao poeta, à medida

que a doença deste se acentuava. «Receita-se-me agora uma viagem ao Minho» — escrevia Antero numa carta de 1875. «Vou até Guimarães, onde residem os nossos amigos Sampaio...» (a Lobo de Moura, 10-V).

E quando, três anos mais tarde, o poeta foi mais uma vez a Paris para tratamento hidroterápico, os dois amigos seguiram juntos de barco até ao Havre. Alberto Sampaio levava por destino visitar a Exposição de Londres, mas tinham combinado as coisas para fazerem juntos a parte comum da viagem.

Alberto Sampaio foi assim, desde a adolescência até à morte, o companheiro e amigo certo com que Antero de Quental sempre contou em todas as horas atribuladas da sua inquieta e dramática existência.

Quando em 1882 foi instalar-se em Vila do Conde, escreveu a sua irmã a anunciar-lhe: «Com o Lobo na Póvoa (Lobo de Moura, como juiz), o Oliveira Martins no Porto e Alberto Sampaio em Famalicão, fico literalmente rodeado de amigos» (carta de 3-VIII).

Na realidade, os irmãos Sampaio tinham em S. Cristóvão de Cabeçudos, concelho de Famalicão, a sua casa de Boamense, da herança paterna, onde Antero passou, segundo o testemunho de um contemporâneo, a ter «um quarto que só a ele pertencia e sempre preparado para recebê-lo» (Pinto Osório).

Quando do Ultimato britânico em 1890, e após a acção de Antero na Liga Patriótica do Norte, mais uma vez contou com a companhia dos irmãos Sampaio para se restabelecer dessa fugaz mas febril agitação (carta a Oliveira Martins).

Ainda em 1890, e precisamente um ano antes de se suicidar (11-IX-1891), quando Antero em Vila do Conde fez o seu testamento (9-IX-1890), é, enfim, a Alberto Sampaio e Oliveira Martins que nomeia seus testamentários, caso viesse a falecer no continente.

Marcado pelo fascínio da personalidade de Antero, Alberto Sampaio distinguia-se porém dele. Era fisicamente saudável, e não consta que tenha sido poeta. Pelo contrário, era um homem prático, de pés bem assentes na terra, trabalhador metódico, regrado e persistente.

3. Depois dos trinta anos, Alberto Sampaio fixou-se na terra natal, vivendo solteiro na companhia de seu irmão José, advogado, até à morte deste em 1899, deixando viúva e dois filhos. Então Alberto irá fixar-se no Porto (1900-1907) e finalmente em Cabeçudos, onde morrerá solteiro em 1908 (1 de Dezembro).

Homem «essencialmente positivo e prático» (Luís de Magalhães), dedicava-se ao trabalho com o mesmo empenhamento com que procurava saciar as curiosidades intelectuais. Nas suas propriedades praticou como agrônomo, como viticultor e até como floricultor. Era um adepto da modernização da agricultura, procurando racionalizar, aperfeiçoar e intensificar a produção. Por outro lado, pretendendo fazer uma ideia correcta do que era a vida comercial, começou por praticar durante dois anos (1874-1876) como guarda-livros no Banco Comercial de Guimarães. O sr. dr. não se desonrava por usar a manga de alpaca. E assim, integrado nas realidades do meio social em que vivia, foram essas mesmas realidades que haviam de o solicitar para os estudos sociológicos e para as investigações histórico-económicas a que se dedicou no resto da vida.

Isto aconteceu numa altura em que Guimarães, mais talvez que as outras cidades da província, terra onde surgira em 1822 o primeiro periódico do distrito de Braga, e logo de feição anti-absolutista (o *Azemel Vimaranesense* de Sousa Bandeira), passava por uma profunda transformação sócio-cultural. Centro administrativo da zona industrial que desde o princípio do século se vinha formando nas margens dos rios Vizela e Ave, criavam-se agora no velho burgo as novas condições de vida pública e instituições de carácter cultural e social que despontaram com a consolidação do liberalismo em Portugal.

Desde meados do século que a iniciativa local tinha criado um teatro por acções (o «D. Afonso Henriques», 1853). Outro de variedades, havia de abrir as suas portas mais tarde, 1881. A primitiva iluminação pública a petróleo inaugurada em 1864, foi quinze anos mais tarde substituída por iluminação a gás. A construção de estradas e o aperfeiçoamento dos meios de transporte permitiram que, entre 1852 e 1871, Guimarães tivesse disfrutado de um serviço de diligências regulares e directas a Braga e ao Porto, enquanto as comunicações telegráficas a ligaram àquelas mesmas cidades a partir de 1861, e depois, gradualmente multiplicadas as linhas, a puseram em comunicação directa com o resto do país e as principais capitais do estrangeiro. O próprio caminho de ferro, um pouco mais tardio, chegou à vila próxima de Vizela em 1884 e logo no ano seguinte a Guimarães, permitindo estabelecer a ligação ao Porto pela Trofa.

A par do progresso material, Guimarães tornou-se também em «um dos mais brilhantes centros de cultura regional que então florescia no país» (Luís de Magalhães). Não sabemos mesmo doutro, além do Porto e Coimbra, onde um tal florescimento se verificasse com tanta intensidade. Embora não funcionasse ainda uma biblioteca pública, a despeito dos esforços da edili-

dade desenvolvidos desde 1858; nem ainda tivesse tido execução o diploma governamental que em 1864 criou uma Escola Industrial em Guimarães (como na Covilhã e em Portalegre), a verdade é que habitava aqui uma burguesia àvida de progresso e cultura, que encontrou expressão e apoio em valiosos intelectuais vimaranenses.

Foi o caso de Martins Sarmiento, que depois das suas primeiras manifestações literárias em meados do século e dos seus estudos sociológicos, vinha desde 1875 a desentranhar das citânias próximas da sua casa de Briteiros os vestígios arqueológicos de civilizações proto-históricas, inaugurando assim o período da investigação sistemática da arqueologia em Portugal. A importância das suas descobertas foi tema de uma comunicação à Academia das Ciências (do marquês de Sousa Holstein, em 1876), pelo que o Governo agraciou Martins Sarmiento, com louvor pelos serviços prestados aos estudos arqueológicos nacionais. E, na realidade, logo em 1877 acorreram a inspeccionar as escavações uma verdadeira pleiade de sábios especialistas, a convite de Sarmiento. Foi nessa altura que teve lugar em sua casa, na rua D. Luís I, uma conferência científica considerada como 1.^a Conferência Arqueológica Portuguesa (10-VI-1877). Nela participaram, entre outros, o marquês de Sousa Holstein (Palmela), Possidónio da Silva, Luciano Cordeiro, Filipe Simões, Augusto Soromenho, Teixeira de Aragão, Nery Delgado, Rodrigues Ferreira, etc.

Uma idêntica visita colectiva de sábios a Guimarães teria lugar três anos mais tarde quando, em 1880, se realizou em Lisboa um Congresso Internacional de Arqueologia e Arqueologia Pré-Histórica. Presidido por Andrade Corvo e secretariado por Ramalho Ortigão, nele participou Martins Sarmiento com uma comunicação sobre «Os Lusitanos». O interesse despertado pelas descobertas anunciadas por Sarmiento fez deslocar a Briteiros grande número de congressistas de várias nacionalidades, franceses, ingleses, alemães, um dinamarquês, um italiano, um espanhol e um belga, além de vários portugueses.

Tudo isto contribuía naturalmente para que os vimaranenses se orgulhassem cada vez mais da sua terra. E então logo um deles, o Padre António José Ferreira Caldas, fez aparecer uma obra em dois volumes sobre *Guimarães* (1881), onde se narravam acontecimentos dos mais remotos e os mais recentes do progresso, social e intelectual da região.

Dado que era a arqueologia o pólo de convergência da curiosidade nacional e internacional sobre Guimarães, foi à sombra desta nova ciência que se suscitou na altura a criação de um centro cultural. Devendo alcançar no imediato a mais alta importância no meio social vimaranense, este centro

irá também mobilizar a actividade de Alberto Sampaio, e virá proporcionar-lhe a publicitação dos seus estudos. Por isso nos temos demorado nesta análise, ainda que sucinta, das condições locais. Sem elas não se teria revelado certamente a sua vocação de historiador e sociólogo.

Com efeito, já na conferência arqueológica de 1877 tinha sido resolvido criar-se em Guimarães uma associação arqueológica, com projecto de estatutos elaborado pelo professor bracarense Pereira Caldas. Este projecto havia de ampliar-se, ultrapassando o objectivo estritamente arqueológico, para transformar-se, cinco anos mais tarde, na criação da Sociedade Martins Sarmento. Instituída em 1882 para homenagear o arqueólogo e assegurar a continuação da sua obra científica, a nóvel Sociedade inseriu-se profundamente no meio, ao estabelecer objectivos sociais e culturais alargados a toda a população. O objectivo então enunciado nos seus primitivos estatutos aprovados era o de «proteger e encorajar a educação popular no concelho». Era esta uma afirmação do princípio municipalista então em voga, reforçado pela lei de descentralização do ensino assinada por Rodrigues Sampaio em 1878 (2 de Maio). Conforme se escreveu num *Boletim* da Sociedade, uma dúzia de anos após a sua criação, era seu objectivo construir «um centro, um foco, onde reunissem e donde irradiassem sobre este concelho todas as boas vontades, todas as iniciativas altruístas de qualquer natureza, mais ou menos independentes da engrenagem sufocadora do Estado» (Abril, 1894).

Estamos, pois, em presença de um organismo de iniciativa local, popular e cultural, que procurava dar expressão orgânica à descentralização municipal e à propagação do ensino. Nesta atmosfera de mobilização das capacidades bairristas, o ano de 1884 vai ficar assinalado em Guimarães por dois acontecimentos singulares com a participação activa de Alberto Sampaio, e que foram da mais alta importância quer para os interesses do concelho, quer para a projecção científica dos intelectuais vimaranenses.

Foi, primeiro, a publicação, desde Janeiro, da *Revista de Guimarães* como órgão científico da Sociedade Martins Sarmento, e que desde então até hoje tem mantido uma exemplar continuidade de labor intelectual, mais notável ainda por se desenrolar em meio provinciano. A *Revista de Guimarães* procura seguir aqui a *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, que na capital nortenha se tinha publicado pouco antes (1881-1882), também como incitamento à propagação do ensino e à divulgação cultural. Alberto Sampaio aparece logo no 1.º número da revista vimaranense com um apelo para realização de uma exposição industrial em Guimarães, e depois aí serão publicados sucessivamente vários dos seus «estudos de economia rural».

O segundo acontecimento de 1884 consistiu na efectivação de 1.^a Exposição Industrial de Guimarães, inaugurada a 15 de Junho, com a presença de um visitador oficial vindo do Porto (o dr. Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa, director do Instituto Industrial), cujo objectivo era o de mostrar a importância da indústria local e os seus progressos nos últimos dez anos em diferentes ramos — ourivesaria, curtumes, sapataria, linhos, cotins, cutelaria, relojoaria e fundição, esta considerada uma nova indústria por nela ter sido introduzida a moderna tecnologia. A exposição servia também para demonstrar ao Governo a necessidade de dar execução ao decreto que, há dezoito anos, tinha criado para Guimarães uma Escola Industrial. E, com efeito, é a partir desse mesmo ano que ela vai ter realidade funcional.

Além de grande animador deste certame, patrocinado pela Sociedade Martins Sarmento, Alberto Sampaio foi o seu director, tendo elaborado o respectivo relatório em colaboração com o bibliotecário da Sociedade, o dr. Joaquim José de Meira, que foi também o primeiro director da Escola Industrial. Este relatório procurou preencher as lacunas no que respeita a Guimarães do Inquérito Industrial de 1881, para o qual Oliveira Martins fizera o relatório relativamente ao Porto.

Por estes serviços havia Alberto Sampaio de ser em 1891 proclamado sócio honorário da Sociedade Martins Sarmento.

Homem do seu meio, com os pés assentes na terra, e olhos postos no progresso, foi a partir deste intervencionismo local, desta experiência de província, que Alberto Sampaio se elevou aos estudos de carácter histórico-económicos e sociológicos que pudessem explicar racionalmente, e fundamentar dentro das estruturas capitalistas, o condicionamento económico-social da região que habitava, o Noroeste. Para isso contribuiu a conjuntura política do país, apodrecida pela prática de 30 anos de rotativismo e corrupção dos partidos monárquicos, a solicitar o ensaio de uma *Vida Nova*.

4. Com o impulso local dado pela Sociedade Martins Sarmento e o seu órgão científico, a *Revista de Guimarães*, o ano de 1884 marca também o início da obra literário-científica que Alberto Sampaio nos legou. Tem então 43 anos, está na plenitude da vida e da capacidade intelectual. As suas experiências literárias, outrora diletantes (anos de 1860) vão suceder agora as que assentam na reflexão crítica e no trabalho metódico e perseverante da investigação.

Tem ali na sua própria terra o exemplo da figura tutelar de Martins Sarmento, de quem era aliás amigo íntimo. As suas descobertas relativas à proto-história e à etnografia estarão presentes em alguns dos trabalhos

de fundo de Alberto Sampaio, desde as investigações sobre a propriedade insertas nos *Estudos de Economia Rural do Minho* (1887-1888), passando por *O Norte Marítimo* (1889) e *As Póvoas Marítimas* (1890), até ao trabalho mais pacientemente elaborado, *As Vilas do Norte de Portugal*, cujo texto sofreu sucessivas reformulações ao longo de mais de meia dúzia de anos até encontrar a sua redacção definitiva publicada em 1899. Este é o conjunto das suas obras mais conhecidas, as de natureza histórico-económica.

Referentes ao nosso mais remoto passado histórico, sobre essas obras poderão pronunciar-se mais autorizadamente os historiadores económicos, os medievalistas e mesmo os etnólogos. Apresentam-se de certo modo em consonância com temas destacados na historiografia de Alexandre Herculano — os de propriedade — e de Oliveira Martins — no que toca à consideração pela unidade das ciências sociais. Mas ultrapassam-na na medida em que Sampaio se revela nelas um mestre em história agrária. Um mestre que, é certo, não fez ainda escola entre nós. Mas a quem a ciência deve já um estudo monumental elaborado por um insigne lusófilo francês, o Prof. Albert Silbert, autor de *Le Portugal Méditerranéen. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Paris, 1966. Com efeito, Albert Silbert consumiu vinte anos a prosseguir em relação ao Sul do nosso país o que Alberto Sampaio havia feito de certo modo em relação ao Noroeste. Por isso o professor francês diz das *Vilas* do nosso conterrâneo — e di-lo com redobrada autoridade: «ouvrage de tout premier ordre qui a donné à l'histoire agraire portugaise ses lettres de noblesse» (I, p. 51).

A reedição recente de *As Vilas do Norte de Portugal* (Editorial Vega) apresentada por Maria José Trindade, faz supor que os estudos do nosso autor irão merecer finalmente a atenção das novas gerações. E haverá todo um vasto caminho a percorrer, a partir delas.

Mas não é ainda para essas obras maiores que solicito hoje a vossa atenção. Como já ficou dito, outros mais autorizadamente o poderão fazer. Para a nossa apreciação reservamos um conjunto de outros escritos, talvez até aqui considerados como obras menores. Maria José Trindade chama-lhes simplesmente páginas «biblo-bibliográficas» (p. XI). Parece-nos bastante pouco, porque na realidade são dominadas por uma linha de preocupações com muito interesse para a nossa actualidade.

Se através das obras de fundo, Sampaio procurava compreender a realidade presente através das explicações do passado, nestas outras que aqui nos interessam surge-nos uma perspectiva de análise crítica do presente apontando para soluções que possam projectar-se com utilidade no futuro. É neste aspecto que a sua obra e o seu pensamento se vão identificar com

António Sérgio, no que este se caracteriza pela sua atitude crítica e interveniente, em busca de uma compreensão e explicação do passado que alicerce as soluções propostas e ensaiadas com vista também ao futuro. Esta identificação que hoje nos é fácil detectar, afigura-se-nos mesmo como uma influência directa que vai consolidar em 1923, ano da publicação póstuma dos *Estudos Históricos e Económicos* de Alberto Sampaio, o núcleo do pensamento de António Sérgio que se vinha definindo já desde há dez anos antes. É uma identidade que se traduz no reforço e consolidação quer da interpretação crítica da história de Portugal, quer dos projectos de reforma económica e pedagógica. Importa considerar que, se o pensamento sergiano estava embrionariamente definido desde 1913, conforme mostrámos num trabalho recente (*A historiografia Sociológica de António Sérgio*, Biblioteca Breve), é em 1923, ano da publicação dos *Estudos* de Sampaio, que vai firmar-se no *Bosquejo da História de Portugal* a teoria sergiana das «duas políticas nacionais» (do Transporte e da Fixação), que passa a dominar toda a sua obra historiográfica posterior.

Essa teoria está implícita nos escritos de Alberto Sampaio que até aqui não têm sido suficientemente apreciados, mas que adquirem uma nova força à luz das circunstâncias em que Portugal se acha em face da descolonização. Entre outros realço o de 1892, *Ontem e Hoje*, título que inspira esta nossa comunicação.

O problema do *Ontem e Hoje*, ou seja o de uma interpretação crítica da história de Portugal à luz da grandeza dos Descobrimentos e de uma suposta decadência nacional resultante das crises colonialistas, é uma constante do pensamento criticista português desde o século XVIII, conforme Sérgio mostrou na sua *Antologia dos Economistas Portugueses*. Este problema central da nossa história, que nas actuais circunstâncias adquire plena actualidade e acuidade, foi aprofundado no século passado sobretudo por Antero de Quental e Oliveira Martins.

Assim, se a obra de Alberto Sampaio reflecte por um lado as influências historiográficas de Herculano e as etnológicas de Sarmiento, por outro ela emerge em consonância com as análises sociológicas de Antero e Martins, estes também, como Sarmiento, amigos íntimos de Sampaio, e ambos igualmente instalados no Norte: Antero em Vila do Conde, Oliveira Martins no Porto.

Na teia destas relações e amizades se tecem também as coordenadas de um pensamento comum que vai aparecer condensado nos escritos até aqui considerados obra menor de Alberto Sampaio. De Antero de Quental reflectirá sobretudo a sua análise a alguns vícios estruturais da nação

portuguesa expostos na conferência de 1871 sobre «As causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos». Quanto a Oliveira Martins, intelectual e homem de acção como ele, Alberto Sampaio, constituirá em grande parte o seu modelo. Mas pela colaboração e apoio que lhe prestará, Sampaio desempenha também um papel relevante nos projectos e linhas programáticas do movimento da «Vida Nova» que por então, 1884-1885, se delinea. O ano de 1884, já o sabemos, é exactamente aquele em que também Alberto Sampaio inicia a sua produção intelectual. Apreciemos então a conjugação destas recíprocas influências.

5. Oliveira Martins está efectivamente no Porto, aí fixado desde há uma dezena de anos. Veio das minas de Santa Eufémia, em Espanha (Córdova), para dirigir a empreitada da construção do caminho de ferro Porto-Póvoa de Varzim (1874-1876). Terminada a construção, exerceu durante doze anos a direcção técnica e económica da sua exploração (1876-1888), por conta da companhia de capitalistas franceses que a adjudicou.

Martins é, pois, como Sampaio, um homem prático e um administrador. É igualmente um intelectual ligado às realidades do quotidiano. Interessam-lhe os problemas económicos e financeiros: *A Reorganização do Banco de Portugal* (1877) e *Circulação Fiduciária* (1878) são estudos deste período. Os problemas sociais esses já o interessavam desde o tempo da sua estadia em Espanha (1870-1874). Tinha publicado em 1871 uma *Teoria do Socialismo*, e no ano seguinte colaborou no *Pensamento Social*, órgão português da Associação Internacional dos Trabalhadores. Já então se preocupava predominantemente com a situação portuguesa. Essas preocupações ficaram documentadas também na obra de 1873, *Portugal e o Socialismo* ou, como diz em subtítulo, «exame constitucional da sociedade e a sua reorganização pelo socialismo».

Mas se um certo ideal socialista marcou, ao fogo da grande convulsão social que foi a Comuna de Paris, a juventude de Oliveira Martins, a verdade é que daí não resultou senão a sua sensibilização para os problemas sociais. A sua tentativa, recusada, de entrar em 1877 para o Partido Regenerador (Fontes Pereira de Melo) ajuda a compreender a contestação que encontrou no seio do Partido Socialista quando, nos dois anos subsequentes, apresentou por este a sua candidatura a deputado. Os resultados foram concludentes: em qualquer delas não conseguiu mais de quarenta votos.

Assim bloqueado nas suas aspirações políticas, é então que se lança a uma intensa, quase febril, actividade intelectual. Em seis anos, desde 1879, vão aparecer os quatorze volumes da sua inovadora *Biblioteca das Ciências*

Sociais, o primeiro dos quais, a *História da Civilização Ibérica*, retomava o tema da conferência de Antero sobre as «Causas da decadência». Isto sem prejuízo de outra actividade intelectual plurifacetada, que marca fortemente a sua integração no meio social do Porto: em 1880 assume a presidência da Sociedade de Geografia Comercial; em 1881 faz parte da comissão de Inquérito Industrial no Porto, de que elaborará extenso relatório; alimenta desde 1882 uma suculenta colaboração para o «Jornal do Comércio», que depois vai reunir no volume *Política e Economia Nacional* (1885); e em 1884 assume também a direcção da Escola e Museu Industrial e Comercial. Assim, no Porto de 1884, Martins era quase tudo. Em Guimarães, por sua vez, Alberto Sampaio dirigia a Exposição Industrial e publicava, ele também, o seu «Relatório».

Com uma tão intensa actividade, e tendo adoptado uma posição crítica relativamente às questões políticas e económicas da sociedade portuguesa, não admira vermos desde então Oliveira Martins no centro de um movimento de opinião, que era também de objectivos políticos e reformadores, o qual se celebrizaria sob a designação de «Vida Nova».

Em 1884 ainda, Antero aponta-o já, num artigo publicado em Paris («Revue Universelle et Internationale»), como destinado a ser «l'homme du jour». No ano seguinte, efectivamente, Oliveira Martins procede ao relançamento da sua carreira política pela adesão espectacular a outro partido monárquico, o Progressista (Anselmo Braamcamp), numa sessão no Teatro Príncipe Real (25 de Abril). Alberto Sampaio dir-lhe-á de Guimarães, em resposta ao seu anúncio da nova tomada de posição: «Já tinha de facto conhecimento do seu *coup d'état* que me não alegrou, nesta ocasião: a oportunidade seria, segundo me parece, ou na véspera de ser ministro, ou quando enfim o desarranjo das coisas públicas transbordasse das secretarias para as praças. Em tal ensejo a sua adesão a este ou aquele grupo político seria do mais subido valor, porque era então a voz do homem forte que aparece no momento psicológico: presentemente receio que se vá gastar nas bulhas dos partidos» (Carta de 14-V-1885).

Mas Oliveira Martins já era imparável. No seu jornal lançado acto contínuo, *A Província* (n.º 1, 25 de Maio), onde Alberto Sampaio escreverá que «o aparecimento do sr. Oliveira Martins no mundo da política militante foi o maior sucesso de 1885» (*Estudos*, II, p. 19), saiu o texto de Martins considerado como sendo o manifesto do movimento «Vida Nova» inspirado no socialismo catedrático do belga Émile Laveleye. Este texto fará a abertura do volume nesse mesmo ano lançado, *Política e Economia Nacional*. O chefe do seu partido, Braamcamp, logo lhe dirá da sua concordância e

identidade de objectivos, num desabafo que porém revela claramente o estado de cepticismo político quanto à prática de corrupção que o partido combatido, o «Regenerador», institucionalizara há mais de trinta anos: «Muito folguei ver sustentadas por tão autorizada pessoa, algumas opiniões que tenho formado há muito (...). Que o sistema constitucional é um sistema puramente artificial, dissolvente e sem força para qualquer empreendimento de maior alcance, é para mim desde há muito fora de dúvida. Mas como substituí-lo? Pela República? (...). Mudaria a forma de governo mas sem curar o vício capital que corroe a nossa moderna sociedade; a sêde de gozar, o *faz-me arranjo* do Sr. Fontes, o mercantilismo na sua acepção mais egoísta e rasteira» (*Correspondência*, 1926, p. 61).

(Por esta mesma altura, o Governo oferece um lugar a Alberto Sampaio, o de director da Agência Financiar do Rio de Janeiro, no Porto, que o amigo de Oliveira Martins, porém, recusa).

Deputado por Viana do Castelo no ano seguinte, Martins passa à condição de ministeriável, recusando porém a pasta que lhe oferecem das Obras Públicas (J. Luciano de Castro, 1886). Eleito depois pelo Porto, é nesta qualidade que apresenta à Câmara, em 1887, o seu famoso projecto de lei de Fomento Agrário (27 de Abril), que Sampaio apoia em sucessivos artigos logo publicados.

Qual era o programa da «Vida Nova»? O próprio Sampaio o sintetiza num desses artigos: «Estabelecer como questão portuguesa a restauração da economia nacional e a cultura da inteligência; dar a sua resolução como única orientação à política; expungir duma vez o livre-cambismo que pode ter servido para tudo menos alentar o pobre país que definha e embrutece cada vez mais; fazer que o governo seja um protector e não um inimigo, que os seus empregados sejam os serviços do público e não este espeznhado por eles; abandonar duma vez as velhas preocupações dos bachareis de há trinta anos; organizar definitivamente as forças produtoras da nação e o ensino popular — eis em poucas palavras a larga e fecunda doutrina, que trazida à prática fará necessariamente de Portugal uma 'nova nação, real e viva'» (*Estudos*, II, p. 29).

Esta «nova nação, real e viva», bandeira por que se bateram Oliveira Martins e Alberto Sampaio nos anos de 1880, corresponde ao lema das «pedras vivas» consagrado por António Sérgio e que presidirá ao seu programa lançado desde 1918 na revista *Pela Grei*.

Dentro do objectivo de racionalizar e planificar a vida pública portuguesa, Alberto Sampaio elogiava o projecto da lei de Fomento Rural de Martins como sendo a «coordenação dos seus vastos conhecimentos e das

observações feitas nas principais zonas do país» (*Id.*, p. 36). O relatório que antecede o projecto é, por sua vez, «a história da agricultura portuguesa, delineada a grandes e largos traços, indicando o seu desenvolvimento e retrocesso, segundo os diferentes períodos da história pátria» (*Id.*, p. 37). Assim, sublinha Sampaio: enquanto «ao sair da Idade Média, antes e ao começar as descobertas e empresas marítimas, os reis mandavam dar de *sesmaria* a quem os cultivasse e os habitasse, os terrenos e as casas abandonadas, quando começou a decair o império colonial já ninguém se importava com as matas que invadiam as vinhas e as terras *convinháveis para dar parra*, nem que as águas encharcadas fizessem paludes mortíferos. O grande império atraía unicamente a vista, esquecendo-se o solo que havia de o sustentar: o edifício, cujos alicerces deixavam arruinar, tombou, e com ele a nação que nunca mais pôde reconstruir as suas bases» (*Id.*, pp. 37-38).

Este comentário, assente na visão martiniana, era já o enunciado, que Sérgio explicitará, do contraste das «duas políticas nacionais», a do Transporte, ou febre do comércio ultramarino, e a da Fixação, ou valorização do território metropolitano.

A proposta de lei de Oliveira Martins era, por outro lado, apontada como um exemplo de planificação económica, um antídoto para a política desgovernada do liberalismo, denunciando que «o *laissez faire* tem sido o melhor pretexto para não fazer nada» (*Id.*, p. 50). Era, além disso, um projecto «tão acentuadamente português», que «não se pode de modo nenhum considerar a fantasia dum cismador — uma *utopia*, mas sim a obra dum historiador», pois, «voltar às tradições, nacionalizando quanto possível o 'governo', é fazer uma obra altamente patriótica e que concorrerá poderosamente para desenvolver o sentimento colectivo de orgulho e dignidade, sem o qual não é possível o rejuvenescimento da vida nacional» (*Id.*, pp. 54-55). E insistia na recomendação que alcança um profundo eco na nossa actual situação: «Só com uma nova compreensão da gerência do Estado, é que a terra nos poderá dar a abundância e a prosperidade» (*Id.*, p. 58).

Alberto Sampaio sublinha ainda nos seguintes termos a importância da *reforma agrária* projectada por Oliveira Martins:

«A evolução proposta tem, pois, por fim criar um novo modo de ser da sociedade portuguesa, criação que só se poderá realizar com muito estudo, dirigindo e projectando o trabalho nacional, difundindo o ensino, de modo que chegue verdadeiramente ao povo, remodelando os serviços públicos (...). Com esta forte medicação alterante se curará a terrível 'enfermidade de três séculos', a miseréria e a ignorância, que tem entorpecido o desenvol-

vimento das faculdades geniais do povo português, entorpecimento que foi a sua triste vida, pesada e sem ideal, e que o impede de ocupar o lugar que naturalmente devia ter entre nações europeias» (*Id.*, p. 59).

Depois da Revolução Liberal, que deitou abaixo o passado e permitiu que Portugal surgisse enfim, «vestido à moderna», «resta agora dar-lhe uma educação que corresponda ao novo traje e transfundir-lhe no organismo decrépito o novo sangue da renovação da inteligência e capacidade industrial, resta em suma que a revolução se consolide, edificando» (*Id.*, pp. 60-61).

Era esse o entendimento da «Vida Nova» por Alberto Sampaio. E sabendo nós, que na estratégia política do movimento se procurava a interferência de um homem forte (dizia Eça: «é necessário um sabre, tendo ao lado um pensamento»), ganha relevância uma observação de Sampaio quando adverte que para a concretização dessa «esperança de renovação nacional», «não bastam de facto os esforços dum homem só» (*Id.*, pp. 61-62). Sampaio, que era um monárquico convicto mas um burguês lúcido, optava por uma solução democrática com a participação activa e consciente do povo. Essa é uma constante do seu pensamento, que o distingue dos que confiavam as soluções à intervenção individualista de um iluminado.

6. A despeito das qualidades e vantagens que Sampaio apontava no programa de Oliveira Martins, sabe-se qual foi o destino do seu projecto de lei. A Câmara dos Deputados não chegou sequer a discuti-lo. A burguesia monárquica confirmava assim as razões do cepticismo político que se havia generalizado na sociedade portuguesa. E Martins compreendeu que não seria como deputado, ido da província, que poderia interferir de um modo construtivo nos negócios do Estado. Transferiu-se para Lisboa, onde vai tomar assento na administração da Companhia Colonial de Moçambique então formada (1888), e onde assume a direcção de *O Repórter*, acabado de fundar, e também, por dois anos (1889-1891), a direcção da «regie» dos tabacos, ou seja, da indústria tabaqueira então nacionalizada (6 000 operários e 500 empregados).

Apesar do trabalho extremo que o absorve nestas ocupações («é obra que dá cabo de um homem», queixa-se numa carta a Luís de Magalhães, 1889), não se afasta porém do seu labor intelectual. A *Revista de Portugal* publica em folhetins durante o ano de 1889 o seu estudo sobre *Os Filhos de D. João I*, que dois anos depois aparece em volume, e sobre a qual se pronuncia Alberto Sampaio.

Obra pela qual sempre pretenderam inculcar-nos, desde a nossa juventude, a lição de feitos de heróis e santos, Sampaio, contudo, faz relevar nela os aspectos construtivos da crítica histórica e social. Reconhece no autor a «mestria do literato, psicólogo e historiador» (*Estudos*, II, p. 73), mas não se perde na «superabundância descritiva» (*Id.* p. 74) da obra, antes salienta que Oliveira Martins «sob a aparência de um historiador, ele era sobretudo um economista, criticando as medidas governativas». O seu objectivo não era o de «restaurar épocas extintas, mas, apoiando-se sobre os factos culminantes, demonstrar os erros ou acertos de vários chefes».

Trazendo à vida essa época — «a tela da história desde 1387 a 1449» (*Id.*, p. 72) — ponto de partida das grandes navegações, Sampaio sublinha que «da sua crítica resultou uma nova compreensão da existência social portuguesa» (*Id.*, p. 70). Com a mudança de dinastia, a nova nobreza devora imediatamente todos os bens da coroa e prepara assim a ruína do Estado. E com o princípio das empresas marítimas surge logo o germe da decadência. Foi desse modo — é a lição que Alberto extrai da obra *Os Filhos de D. João I* — que «a desorganização brotou no mesmo momento em que principiou para Portugal uma vida nova» (*Id.*, p. 73).

Alberto Sampaio aparece-nos assim como o intérprete progressista da obra do seu amigo Oliveira Martins. Sabe ler nela, não a reconstituição do passado morto, mas o que há de prospectivo, de diagnose social, na linha criticista aliás traçado desde os economistas do século XVIII até ao Antero de Quental das *Causas da decadência*. É uma posição que assume na esteira da obra do próprio Oliveira Martins, e que lha lembrará mesmo na altura em que finalmente o seu amigo é chamado, em Janeiro de 1892, a sobraçar a pasta há muito desejada de Ministro da Fazenda.

Acontece isto na sequência de uma grave crise financeira advinda da falência dos banqueiros (Baring & Brothers) que de Londres subvencionavam o governo português. Então o nóvel ministro julga chegada a hora, em vão sonhada, de promover a salvação pública pelo saneamento das finanças do Estado. Curiosamente, é nesse preciso mês da entrada de Martins para o Governo, que Alberto Sampaio acorre de Guimarães, lá dos confins da província, a advertir que o país não está ainda em condições de reagir adequadamente à crise. Fá-lo exactamente num escrito intitulado *Ontem e Hoje*, autêntico manifesto que é um primor de síntese histórico-económica da sociedade portuguesa. Sustida no seu desenvolvimento devido à expansão ultramarina — escreve Sampaio com cepticismo, como que a pressagiar o fracasso que Oliveira Martins vai sofrer — a sociedade portuguesa «constitui sem dúvida uma excepção na Europa. Ontem e hoje, tem sido sempre uma

sociedade de aventureiros. Emudecida sobre as questões referentes ao bem da comunidade, só a interessam a emigração e as aventuras d'além mar» (*Estudos*, I, p. 445).

Mas a análise contida no *Ontem e Hoje* não é de modo algum uma afirmação de cepticismo ou de desespero. Constitui antes uma serena dilucidação das linhas de força que, desde o início da nacionalidade, tinham dominado a sociedade portuguesa. É a constatação da alternância do que, na linguagem sergiana, tomará a designação das «duas políticas nacionais». Houve coesão desde o século XII, o que Sérgio chamará a política de Fixação. Os reis da 1.^a dinastia conquistaram, sim, mas povoaram e cultivaram também. A agricultura, a indústria e o trabalho do mar — pesca, navegação, construção naval, eram aspectos dessa grande obra nacional, que porém ficou sustida na segunda dinastia, logo desde o tempo do próprio rei que a fundou. A expugnação de Ceuta foi o ponto de partida do novo modo de ser da sociedade portuguesa — viajar e mercadejar, com abandono da reconstrução económica. Sérgio chamará a isto a «política do Transporte». Desde então — afirma Sampaio — «Portugal nunca pôde na administração pública compensar a receita com a despesa, nem economicamente estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo». Por isso, «os melhores tempos são sempre duma prosperidade aparente, porque dependem de condições fortuitas, fora da sua acção». É esta a lição — afirma Sampaio — que nos subministra a história portuguesa (*Id.*, p. 429).

Os reis e ministros passaram a governar como «patrões duma vasta empresa comercial», cujos valores eram de resto «obtidos ao longe, à mão armada» (*Id.*, p. 436). Não havia uma indústria que fixasse os lucros do comércio ultramarino. E assim «o império colonial, não tendo por base o trabalho, era uma fantasmagoria que a primeira inconstância da fortuna fazia desaparecer tão depressa como nascera» (*Id.*, p. 435). Sem uma estrutura agrícola e industrial na metrópole, a população emigrava impelida pela miséria, dispersando-se as forças vitais da nação. Mesmo depois da independência do Brasil, foi ainda a emigração que continuou a saldar o défice da balança comercial, e a assegurar os empréstimos e os juros da dívida pública. Enquanto desse modo se escoavam imediatamente para os mercados estrangeiros os valores recolhidos pelo trabalho dos portugueses fora da sua terra — acentua Sampaio: «a terra que devia dar com sobras, para uma população escassa, não só os cereais de panificação, mas também o arroz, o açúcar, os laticínios, os gados ... não produzia, ela em grande parte inculta, nem sequer os géneros de subsistência, que era força comprar. Não obstante a grande extensão da costa marítima e a grande

massa de pescadores, era necessário importar todos os anos somas enormes de bacalhau para a alimentação popular, graças ao desleixo, ou antes ao impedimento do governo, para se nacionalizar esta pesca ...» (*Id.*, p. 444).

(Perdão, isto escrevia Alberto Sampaio em Janeiro de 1892).

Por estes extractos se vê que não podemos relegar para a categoria de «obra menor» os escritos de Alberto Sampaio que até aqui não foram considerados devidamente. Pelo contrário, eles ajudam-nos a compreender que o seu autor não era de facto um mero «provinciano» que possamos arrumar na prateleira considerando-o apenas como um historiador regional. Refugiado em Guimarães, é certo, ele tinha porém o bom senso do homem sereno que, da província, adquire uma perspectiva mais correcta dos grandes acontecimentos do país. Assim ele pode prever que a missão de Oliveira Martins no Governo como homem só, sem apoio popular para defender as suas medidas saneadoras, não poderia alcançar êxito.

Com efeito, empenhado em medidas de saneamento financeiro com vista a acabar com a dependência da dívida pública a estrangeiros, Oliveira Martins depressa foi, ao cabo de quatro meses, afastado do ministério pelo próprio chefe do Governo que o havia chamado (Dias Ferreira). Então retira-se para Londres no primeiro barco, em viagem que lhe descansa o espírito, o que lhe permitirá voltar ao parlamento a explicar o que fez no governo e o que não lhe deixaram fazer. Segue ainda novamente em viagem por Espanha, e logo regressa para morrer, novo ainda (49 anos), com um desabafo desconsolado: «Morro triste, não levo saudades do mundo». Desabafo que pode servir de epitáfio à ilusão da «Vida Nova» numa sociedade de estruturas corrompidas. Ficou para trás a quimera, e a frustração virou na designação de «Vencidos da Vida» ... (da «Vida Nova»).

Sampaio sofreu a dor da perda do amigo. Escreve a Luís de Magalhães: «a precipitação do desenlace fatal desnor-teou-me de tal modo que todo o tempo me tem parecido pouco para sentir a imensa saudade do seu desaparecimento». E continua: «Com a perda de Antero e de Oliveira Martins, apagaram-se dois astros do nosso firmamento moral» (Carta de 1-IX-1894).

Mas Alberto Sampaio, então com 53 anos, sem o amparo moral e intelectual daqueles dois amigos íntimos, nem por isso esmoreceu. É desde então que se vai lançar ao seu trabalho mais elaborado, *As Vilas do Norte de Portugal*. Fará ainda a evocação de Antero de Quental para o *In Memoriam* (1896), e de Martins Sarmiento, que vai morrer no final do século (1899). Ao mesmo tempo empenha-se em promover a publicação póstuma das *Cartas Peninsulares* de Oliveira Martins, e ajudará a lançar no Porto, com Rocha Peixoto e Ricardo Severo, a revista *Portugália*. Dará por fim apoio ao seu

conterrâneo Abade de Tagilde (P.^o João Gomes de Oliveira Guimarães) para a publicação do *Vimaranis Monumenta Historica*.

Mas a par do seu trabalho de erudito, manteve também a atitude crítica e reflexiva sobre a evolução da sociedade portuguesa. Testemunham-no dois escritos seus de 1898, ambos de cariz pré-sergiano, o primeiro *A propósito do Romance Marítimo* entre nós e o segundo numa crítica ao livro de Luís de Magalhães, *D. Sebastião*.

No primeiro daqueles escritos, depois de constatar que na literatura popular portuguesa não abundam cantares relativos às navegações, excepção feita à *Nau Catrineta* recolhida por Garrett, tira do facto o respectivo significado.

Escreve então:

«Esta falta é eloquente na sua mudez: está a dizer-nos que as empresas marítimas não calaram no fundo da alma popular: que elas não partiram dum movimento espontâneo da população, é bem sabido; assim como também que não poucas vezes a vontade geral se lhes manifestou adversa, em aberta oposição. Não tendo sido criação sua, concebe-se facilmente que o povo as não amasse, e por isso passaram diante das suas faculdades imaginativas como um espectáculo indiferente, sem fazerem a impressão intensa e penetrante, necessária para ele as poder cantar, poetizando-as.

«Se as navegações foram a afirmação exterior da nação, como dizem os historiadores, no interior as tradições antigas continuavam a ser a vida moral da nacionalidade: pois essas lembranças não se esqueciam nas longínquas plagas nem os espíritos superiores que podiam atingir a grandeza dos novos feitos e inspirar-se deles; temos um exemplo ilustre em Camões, em cujo poema imortal o que ainda hoje mais nos encanta são as lendas, que nos vai lembrando, tão belas e tão sentidas, desses tempos do passado, quando Portugal se criava a si mesmo uma pátria pelo impulso da sua vontade própria» (*Estudos*, II, p. 102).

No segundo escrito, serve-se do poema de Luís de Magalhães (*D. Sebastião*, 1898) para estabelecer o contraste, referindo o que aconteceu com «esta lenda tão bela e tão poética do moço-rei cavaleiro, caído tragicamente numa areal africano com a flor da mocidade do seu reino». Aqui se afirma bem «o poder criador da imaginação popular» (*Id.*, p. 105).

Acompanhando a estrutura do poema de Luís de Magalhães, comenta Sampaio, quanto à segunda parte:

«O quadro da decomposição nacional que se desenrola aos olhos do *Penitente* é medonho, mas simples: e é esta simplicidade que lhe dá a maior força de impressão; o incesto real, o castelo desmantelado, a espada aban-

donada, o cavalo de guerra deitado à margem, a nau varada na praia, a orgia dos monges, a ópera ao divino, e a última armada — são outros tantos emblemas da decomposição moral da sociedade; nelas estão representados caracteristicamente o desconjuntamento do exército e da marinha, a relaxação dos costumes, a velha fé ingénuo tornada em representações teatrais, e se não bastasse este esfacelamento social — o terramoto, a convulsão das forças da natureza vinha ajudar à destruição, rematada pela fugida da família real, que deixava a pobre nação entregue ao estrangeiro, e a breve tempo ia transformar, exemplo único na história a metrópole em colónia» (*Id.*, p. 108).

Esta era a visão que Sampaio sublinhava no poema do seu amigo, vindo no «Sebastianismo o que sempre fora, um sonho que durou quase três séculos», os tais três séculos de que falava Antero nas *Causas da decadência dos povos peninsulares*. «Durante um extenso período, preocupado só com as empresas marítimas, e fora da corrente das ideias pela sua situação no extremo ocidente da Europa, Portugal isolou-se do movimento intelectual da renascença (...). Por isso a nação não compreendia o movimento que determinou a vida moderna; daí a decomposição e a decadência: daí, nas almas sensíveis as saudades do passado e a aspiração para um futuro vago, indeciso e quimérico — a manhã de névoa das profecias» (*Id.*, pp. 109-110).

A esta visão saudosista do passado e à vaga aspiração de um futuro quimérico, Alberto Sampaio contrapunha, porém, uma concepção racionalista e optimista da história de Portugal. Os descobrimentos foram um desvio da nacionalidade em si. Como mais tarde dirá Sérgio (considerando os nossos portos como «o mais ponderoso factor geográfico na independência de Portugal», 1923), «não há que discutir as Navegações: eram fatais e foram impostas à nossa pátria pela própria maneira como nasceu» (1925).

Mas há que vencer o sentido da decadência e do isolamento que daí decorreu, essa «terrível enfermidade de três séculos, a miséria e a ignorância» (*Estudos*, II, p. 59). Para isso, na obra de Alberto Sampaio encontra-se a proposta de um esquema de reconstrução nacional, que é, no fundo, aquele mesmo que António Sérgio irá mais tarde retomar:

- a) Cultura popular: rede de escolas primárias, profissionais e técnicas (II, p. 183).
- b) Industrialização: «o povo português possui na verdade uma capacidade industrial» (I, p. 580); sem estes grupos fabris não

é possível nenhum grande desenvolvimento na agricultura» (II, p. 183).

- c) Fomento agrícola: «é urgente que a produção cerealífera aumente até abundar o consumo, o que se há-de conseguir aplicando à agricultura o mesmo regime proteccionista que se deu ao trabalho fabril» (II, p. 114), e trazendo «à cultura a maior parte dos terrenos incultos, cuja extensão total é superior à metade do continente português» (II, p. 42).
- d) Formação de uma opinião pública esclarecida, nomeadamente através de sociedades de estudo e de ensino, como de exposições. «O que não pode um homem só ou mesmo um governo, podê-lo-á conseguir a união disciplinada de muitas forças dispersas». «Qualquer tentativa dos poderes públicos (...) será inútil e baldada, se não encontrar na população o apoio necessário e indispensável» (I, p. 586).

Foi este o programa de Alberto Sampaio, que ele não se limitou a expor numa atitude meramente intelectual, especulativa, mas que tanto aparece preconizada nos seus escritos, como praticada ou ao menos ensaiada na sua acção social.

É essa a lição que hoje, com muita utilidade para nós, se pode colher da vida e da obra desse «provinciano» de espírito universalista que foi o vimaranense Alberto Sampaio.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

1924

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

1924

biblioteca
municipal
barcelos



54953

Alberto Sampaio ontem e hoje